



Tramas sociais e formas de ação: a resistência cotidiana dos posseiros de Paraty/RJ

Annagesse de Carvalho Feitosa

annagesse@outlook.com.br

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Brasil



RESUMO

Este artigo é parte da dissertação “Formas de Resistência Cotidiana: o caso de Campinho da Independência no litoral Sul do Rio de Janeiro” e representa uma reflexão, a partir de dados de pesquisa no âmbito do projeto “Conflitos por terra e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro (1946-1988)”, cujo objetivo era realizar um levantamento sobre as formas de repressão no campo do estado do Rio de Janeiro, nas regiões da Costa Verde, Baixadas Litorâneas, Médio Paraíba, Serrana, Centro-Sul Fluminense, Noroeste Fluminense, Norte Fluminense. Os dados coligidos apontam a ocorrência de 219 casos de conflitos sociais no estado entre os anos de 1946 e 1988, e 56 deles ocorreram na região da Costa Verde, onde se situam os municípios de Paraty, Angra dos Reis e Mangaratiba. Seleccionamos um desses casos para aprofundamento: o conflito de Campinho da Independência, uma comunidade composta por descendentes de escravos, moradores da antiga fazenda Independência, localizada em Paraty. O lugar sofreu intervenções fundiárias ao longo das décadas de 1940 até 1980, desencadeadas por projetos sob o discurso de desenvolvimento, ou pela intervenção direta do Estado na região, tais como a instituição de Unidades de Conservação e a abertura ao tráfego de uma rodovia. Esses episódios atraíram indivíduos de origens diversas para região, que chegaram requerendo as terras onde já viviam pessoas de posse ancestral, mas, após vários processos de luta, o grupo obteve a titulação das terras enquanto remanescentes de quilombo nos anos de 1990. Considerando o exposto, o escopo desta proposta é apresentar uma reflexão sobre os indícios de formas de *resistência cotidiana* a partir do enfoque teórico fornecido pelo autor James Scott (2002; 2011; 2013), levadas a efeito pelos moradores de Campinho da Independência frente aos vários processos que afetaram o grupo entre os anos de 1940 e 1980, apreendidas através de revisão bibliográfica, levantamento documental, e pesquisa in loco. Essa resistência caracterizada por ações práticas antecedeu ou foi associada àquela mais pública empreendida pelo grupo através de seu envolvimento com a Comissão Pastoral da Terra e o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Paraty.

Palavras-Chave: Conflito, resistência, Paraty.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

ABSTRACT

This article is part of the dissertation "Forms of Everyday Resistance: the case of Campinho da Independência on the southern coast of Rio de Janeiro" and represents a reflection, based on research data from the project "Conflicts over land and repression in the state of Rio de Janeiro (1946-1988)", whose objective was to conduct a survey on the forms of repression in the Rio de Janeiro state field, in the regions of Costa Verde, Baixadas Litorâneas, Meio Paraíba, Serrana, Centro-Sul Fluminense, Northwest Fluminense, North Fluminense. The collected data indicate the occurrence of 219 cases of social conflicts in the state between 1946 and 1988, and 56 of them occurred in the region of Costa Verde, where the municipalities of Paraty, Angra dos Reis and Mangaratiba are located. We selected one of these cases for further study: the conflict in Campinho da Independência, a community composed of descendants of slaves, residents of the old Independência farm, located in Paraty. The site was undergoing land tenure interventions throughout the 1940s through 1980s, triggered by projects under development discourse, or by direct State intervention in the region, such as the institution of Conservation Units and the opening of a highway to traffic. These episodes attracted individuals of diverse origins to the region, who arrived requiring the lands where people with ancestral possession already lived, but after several processes of struggle, the group obtained titling of the lands as remnants of quilombo in the years of 1990. Considering the above, the scope of this proposal is to present a reflection on the evidence of forms of daily resistance based on the theoretical approach provided by the author James Scott (2002; 2011; 2013), carried out by the residents of Campinho da Independência in face of the various processes that affected the group between the years of 1940 and 1980, seized through bibliographical revision, documentary survey, and in loco research. This resistance characterized by practical actions preceded or was associated with the more public undertaking undertaken by the group through its involvement with the Pastoral Land Commission and the Paraty Rural Workers' Union.

Keywords: Conflict, resistance, Paraty.



I. Introducción

Este trabalho é proveniente da dissertação *Formas de Resistência Cotidiana: o caso de Campinho da Independência no litoral Sul do Rio de Janeiro* e representa uma reflexão, a partir de dados de pesquisa no âmbito do projeto *Conflitos por terra e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro (1946-1988)*¹, sobre o caso da comunidade Campinho da Independência, situada em Paraty, no litoral Sul do estado.

O lugar sofreu intervenções fundiárias ao longo das décadas de 1940 até 1980, desencadeados por projetos sob o discurso de desenvolvimento, ou pela intervenção direta do Estado. Esses episódios atraíram indivíduos de origens diversas para região. Chegaram requerendo as terras onde já viviam pessoas de posse ancestral, mas, após vários processos de luta, o grupo obteve a titulação da área enquanto remanescentes de quilombo nos anos de 1990.

Considerando o exposto, o escopo deste trabalho é apresentar uma reflexão sobre as formas de resistência empreendidas pelos moradores de Campinho que contribuíram para garantir sua permanência na terra em meio a tantas tramas sociais envolvendo atores diversos. Seguindo as contribuições de James C. Scott, vamos operar a partir de duas noções de resistência. A primeira delas é entendida como *resistência cotidiana*, “a prosaica, mas constante, luta entre o campesinato e aqueles que procuram extrair-lhe trabalho, alimentos, impostos, rendas e juros” (Scott, 2011, p. 219), e a segunda concerne à confrontação direta.

Para concretização deste trabalho, metodologicamente, além do levantamento bibliográfico e documental preliminar, buscamos explorar suas memórias para identificar quais foram as formas de resistência acionadas.

¹O projeto foi financiado pela Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj), por meio de edital público, sob demanda da Comissão Estadual da Verdade, e coordenado pela professora Leonilde Servolo de Medeiros. Trata-se de uma pesquisa sobre as formas de repressão no campo no estado, no período entre 1946-1988 (definido pela Comissão da Verdade), porém dando maior ênfase ao período referente ao regime militar de 1964 (1964-1985). Ao final da pesquisa identificamos 219 conflitos sociais no campo fluminense entre 1946 e 1988, e desse total 56 ocorreram no litoral Sul, onde se situam os municípios de Paraty, Angra dos Reis e Mangaratiba.



Optamos por pensar os moradores de Campinho a partir de sua classificação enquanto posseiros e/ou camponeses, terminologias adotadas inicialmente por Gusmão (1995) em suas reflexões sobre o lugar e sua gente.

II. O lócus empírico da pesquisa: Campinho da Independência

Segundo relatos dos moradores² e a vasta literatura consultada, o lugar foi fundado por três mulheres: Antonica, Marcelina e Luiza, que receberam as terras através de doação após o fim da escravidão que, porém, não foi documentada. Os habitantes do lugar informam que logo após a abolição do regime escravocrata o senhor da fazenda cedeu aos primeiros libertos algumas ferramentas e os mandou adentrar as terras. “Aos poucos os negros foram ocupando o sertão da fazenda, que depois ficou conhecido como Sertão da Independência³” (Lima, 2008, p. 55).

Lá continuaram vivendo e assim, passaram a habitar o lugar várias famílias descendentes das três mulheres. Gusmão (1995) chama atenção que os casamentos ocorriam entre os próprios parentes, exceto em ocasiões esporádicas, mas nestes casos os cônjuges oriundos de outros locais levados para as terras do bairro bem como os descendentes dessa união eram entendidos como *aparentados*. Estes dados foram reforçados em nossa pesquisa, como disposto abaixo:

A maioria da turma aqui era casado com pessoas daqui mesmo, primo com primo. Às vezes é primo mais chegado e outros primos mais longe, mas era sempre com parente. Igual índio, tipo índio. Os que saíram, por exemplo, igual o meu tio saiu pra... Morou no Rio, Santos... Esses daí já casaram com pessoas de lá, né? Foram solteiros, aí conheceram as moças lá e casaram lá mesmo. Alguns até vieram pra cá e trouxeram as mulheres pra cá. Aí a mulher não é daqui é de lá (José, 71 anos, morador de Campinho. Entrevista concedida a Annagessa Feitosa em 11/10/2015, grifo nosso).

As famílias reproduziram-se nas terras utilizando os recursos naturais de que dispunham. Nos anos de 1940, em Campinho, as terras não eram entendidas como posse de qualquer morador. Todos uti-

² Os nomes dos entrevistados cujos depoimentos aparecem neste trabalho são pseudônimos.

³ O lugar conhecido como Sertão da Independência passou a ser conhecido como Campinho da Independência após a construção de um campinho de futebol para as crianças do bairro. Para mais detalhes ver Gusmão (1995).



lizavam as terras e os recursos sem distinção e com total liberdade. O depoimento abaixo reforça a ideia de que enquanto existiu a igualdade de uso da terra os conflitos eram inexistentes:

Naquela época aqui ninguém tinha terra. A terra não era de ninguém, todo mundo usava de todo mundo. Vamos supor: Aqui esse sítio aqui, por exemplo, hoje é nosso, mas naquela época outras pessoas chegavam ali e podia botar uma roça. A gente podia sair daqui chegar no sítio do outro e botar uma roça do lado do outro. Não tinha conflito de terra porque todo mundo usava a terra igual. Não tinha esse negócio de que esse pedaço é meu e aquele é do fulano (José, 71 anos, morador de Campinho. Entrevista concedida a Annagesse Feitosa em 11/10/2015, grifos nossos).

Até o início dos anos de 1970 ainda não havia estrada que ligasse Campinho e imediações a Paraty, exceto uma estrada vicinal chamada localmente de trilha. Os habitantes enfrentavam a dureza dos caminhos nas ocasiões em que se dirigiam a outros lugares. O trajeto até Paraty, por exemplo, durava em média três ou quatro horas e meia de caminhada. Lima (2008, p. 66) informa que antes da construção da rodovia Rio-Santos o movimento entre o centro da cidade de Paraty e as outras comunidades acontecia exclusivamente de barco ou a pés.

O trabalho nos roçados das famílias era realizado coletivamente através do que chamam de mutirão. Consistia em um sistema de ajuda mútua e coletiva no qual um grupo de moradores auxiliava um de seus vizinhos durante as etapas do trabalho na lavoura. Autores como Candido (1964) e Queiroz (1963) também fazem referência em seus estudos sobre esta modalidade de ação dos trabalhadores frente às dificuldades que lhes são apresentadas.

Dona Luiza explicou que mesmo aqueles que não participavam dos mutirões por vezes recebiam os alimentos distribuídos nessas ocasiões: “O Adalberto tinha uma plantação grande de arroz, então, eles faziam mutirão, colhia o arroz e o Adalberto dividia com toda a comunidade”. A interlocutora destaca, fazendo alusão ao forte sentimento de solidariedade vicinal que “um não deixava o outro sem comer”. Aqueles que não participavam dos mutirões não o faziam quando necessitavam sair das terras do bairro para utilizar o seu tempo livre em uma outra atividade, visando complementar a renda familiar.

Essa fase após a doação das terras aos moradores de Campinho se converteu em um cenário de lutas, que denunciam uma “reflexão sobre o sentido da comunidade e da união” (Comerford, 1999, p. 20).



O tópico a seguir é dedicado ao contexto onde a noção de luta qualifica a experiência cotidiana do grupo atingido por vários processos de transformação.

III. Os processos de assédio nas terras do bairro

Em 1926, um homem chamado Benedito junto a sua família deslocou-se de Trindade, local situado em Paraty, para viver nas terras da fazenda Independência. Vinte anos após a sua chegada, em 1946, vieram aproximadamente mais quatro famílias em fuga para o Brasil no período da Segunda Guerra Mundial, e utilizaram essas terras como esconderijo. Além destes, o prefeito de Paraty entre os anos de 1950 e 1953, Derly⁴ estimulou o deslocamento de capixabas, mineiros, entre outros, para essa região.

Já nos anos de 1960 antigos fazendeiros de Paraty-Mirim alegavam ser os proprietários das terras (Lima, 2008). Segundo a autora tinham o objetivo de requerer um processo de despejo contra os moradores de Independência. Dona Cristina comenta que enquanto os moradores trabalhavam por diária no local os fazendeiros reclamavam a posse das terras de Paraty-Mirim passando por Independência até a divisa com o Estado de São Paulo. Por essa época a localidade não possuía limites exatos, a área era entendida como integrada. Os moradores de Campinho temiam as investidas dos pretensos proprietários:

E a gente já tinha lutado um bocado, porque quando eu vim pra cá menina, o pessoal já trabalhava em Paraty-Mirim dois dias na semana batendo na terra. Sendo que essas três mulheres deixou pra eles. Sendo deles, mas o pessoal do Paraty-Mirim eram ricos e dizia que essa terra toda era deles até lá o morro do Papagaio. E aí o pessoal não ia trabalhar lá. Não confiava na conversa da mulher que eles não conheceram, né? Porque naquele tempo era criança. Aí os maior dizia, a vovó Camila sempre dizia, mas ela não podia, toda aleijadinha... Aí até que apareceu a Neusa aí fazendo uma pesquisa igual você tá fazendo, aí ela descobriu que a terra é de quilombo (Cristina, 85 anos, moradora de Campinho. Entrevista concedida a Annagesse Feitosa em 12/10/2015, grifo nosso).

⁴ Derly Ellena era mineiro e foi para Paraty atuar como médico sanitarista. Casou-se na cidade e constituiu família. Foi prefeito de Paraty entre os anos de 1950 e 1953, mas foi afastado em 27/05/1953 (Atos e Retratos, IHAP).



Ainda em 1960, os habitantes sofreram outra intervenção no local. O governador do estado, Roberto Silveira, por meio do Plano de Ação Agrária⁵, executado pela Secretaria do Trabalho, transferiu várias famílias de diversos estados brasileiros para as áreas das fazendas Paraty-Mirim e Independência. Seu Justino⁶ assegura que os remanescentes dessas iniciativas governamentais foram se instalando na zona compreendida pela fazenda e muitos outros lugares surgiram a partir desses processos de intervenção fundiária na região.

As famílias alojadas na área das fazendas e imediações não receberam nenhuma ajuda técnica e por falta de meios para se ocuparem da agricultura, foram apontadas como destruidoras da reserva florestal (Jornal do Brasil, 22/08/1972, p. 23). Com a instituição do Parque Nacional da Serra da Bocaina (PNSB) em vista, nos anos de 1970 o governo fluminense decidiu implantar um projeto de colonização com a transferência das famílias, apontadas como depredadoras, do local onde seria instituído o Parque para a área pertencente às duas fazendas.

Essa área da qual tratamos acima foi doada a Companhia de Turismo do Estado do Rio SA. - FLUMITUR, através de um decreto estadual em 1971, mas com essa doação, no entanto, os posseiros ficaram sem perspectivas de transferência.

Após a efetiva instituição do Parque Nacional da Serra da Bocaina, através do Decreto Federal nº 68.172, de 04 de fevereiro de 1971, os moradores da Independência passaram a ser proibidos de praticar a caça e coleta na mata como sempre haviam feito para sobreviver. São vários os conflitos gerados pela falta de informação sobre os objetivos da Unidade de Conservação, os limites de uso do território, entre outros (Almeida, 1997). Houve uma supressão das práticas costumeiras, pois administradores do Parque definiram normas para a vida da localidade, até mesmo impedindo e/ou controlando práticas e atividades ali consolidadas.

O início da construção da rodovia Rio-Santos, em 1972, trouxe consigo muitas disputas por terra, fomentou investimentos turísticos, o desenvolvimento de inúmeros projetos governamentais de

⁵ No Plano estava previsto que fossem demarcadas as terras devolutas, priorizando aquelas situadas em Paraty, nas regiões do Imbé e Mocotó, e nos municípios de Campos, São Fidélis, Santa Maria Madalena e Conceição de Macabu (Correio da Manhã, 05/05/1959). Como demonstra Almeida (1997), as fazendas situadas em Paraty, Paraty-Mirim e Independência, foram desapropriadas para fins de reforma agrária no âmbito desse Plano, através do Decreto Estadual 6.897 de 13 de janeiro de 1960.

⁶ Justino, 51 anos, morador de Novo Horizonte. Entrevista concedida a Annagesse Feitosa em 16/10/2015.



grande porte na região, e gerou especulação fundiária, atraindo pretensos proprietários, por vezes chamados de *grileiros* (Grynszpan, 1990), dando origem a um rápido processo de incorporação das terras, à custa, principalmente, dos caiçaras e potencializando os conflitos (Medeiros et al, 2009).

Aqueles que possuíam sítios onde a estrada passaria perderam seus locais de morada e trabalho. Houve a promessa de indenização, mas ofereciam quantias irrisórias. Além disso, só seriam indenizados se apresentassem as escrituras do terreno. As pessoas que se recusaram a receber o valor ou não possuíam a escritura terminaram por ver a estrada se sobrepondo as suas terras, sem nada receber:

Teve muitos que tinham sítios aí que a estrada passou e queriam indenizar, mas era uma mixaria, inclusive, o Pinho foi um. Ali no Pinho mesmo... O Pinho, acho que perdeu até... Que ofereceram não sei quanto pra ele, ele se recusou, disse que não queria. Mas você vai brigar com o governo? Acabou a estrada passando dentro do sítio dele e ele não recebeu nada. Perdeu! O Adalberto da Noca também, lá na Boa Vista, também foi a mesma coisa. Só que o Adalberto depois, acho que aceitou, que ele viu que não ia ganhar mais mesmo (José, 71 anos, morador de Campinho. Entrevista concedida a Annagesse Feitosa em 11/10/2015).

No ano de 1975, quando a rodovia foi aberta ao tráfego, apareceu na área da fazenda, em Campinho, um homem dizendo que era o filho do proprietário daquelas terras ou da maior parte delas⁷. Seu nome era Raul e morava em Santos (SP). Raul era filho de Romualdo, antigo trabalhador da fazenda Itatinga, próxima à Independência. Seu Adalberto esclarece que Romualdo trabalhava na lavoura e era um homem pobre como os demais, entretanto, é possível que devido à existência de algum vínculo de amizade ou compadrio entre o proprietário da Itatinga e Romualdo, o primeiro pudesse ter cedido parte das terras da fazenda ao segundo. Fato que o encorajou a reclamar também as áreas próximas.

Além de todas essas intervenções no lugar ao longo das décadas, “em 1980 o estado do Rio de Janeiro interveio manifestando interesse na área e solicitando o envio das ações para a Vara de Fazenda Pública” (Linhares, 2014, p. 63), e segundo Arruti (2008, p. 48), em 1986 a União Federal mani-

⁷ Nos documentos da Comissão Pastoral da Terra (CPT, 20/05/1977; CPT, 17/07/1988) consta o nome de Romualdo como o agente que reivindica a propriedade das terras da fazenda nos anos de 1970. No entanto, nos relatos coligidos durante o trabalho de campo em 2015, os moradores acionam o nome de Raul, seu filho, como o pretense proprietário que surgiu nos anos de 1970.



festou interesse pelo local devido à criação da Área de Proteção Ambiental do Cairuçu. A comunidade passa, então, a ter que disputar suas terras não apenas com os grileiros e empreendimentos imobiliários, mas também com o Poder Público interessado na preservação ambiental da área⁸.

IV. As formas de resistência

As lutas em Campinho foram forjadas no cenário demonstrado acima, no qual os moradores da antiga fazenda Independência passaram por múltiplos processos que se convertiam em ameaça a posse da terra ou limitavam o seu aproveitamento. A “resistência tem origem, pois, não apenas na apropriação material nas relações de classe, mas também nos mecanismos de humilhação pessoal que caracterizam essa exploração” (Scott, 2013, p. 163). Em consonância com as ideias de Scott, Honneth trata das ofensas à dignidade como experiências de desrespeito, materializadas muitas vezes através de lesões físicas, mas também através de outras violações ligadas as experiências de rebaixamento, ao “sentimento de estar sujeito à vontade de um outro, sem proteção” (Honneth, 2003, p. 215).

Esse sentimento de indignação termina por desencadear resistências práticas, o que entendemos aqui como as formas de luta desses atores. Para Honneth as lutas sociais devem ser explicadas a partir de sentimentos de injustiça e de desrespeito. Por sua vez, Comerford (1999, p. 19) explica que o termo luta “assume diferentes significados e esses diferentes significados remetem a diferentes situações, agentes e relações, e fazem parte de discursos distintos”.

No caso de Campinho nos interessa apresentar que as lutas sucederam em dois planos, ou seja, em um nível menos explícito, no qual as ações dos moradores são silenciosas, caracterizadas por formas de resistência cotidianas, ou também através de embates mais visíveis, declarados.

O contato com o trabalho de Gusmão (1995) nos direcionou aos primeiros indícios de uma resistência cotidiana empreendida pelos de Campinho. A autora chama atenção que as terras da fazenda Independência sofriam um processo de divisão, eram entendidas como de gente do lugar - os descendentes dos primeiros moradores, e de *gente de fora* - capixabas, mineiros, baianos, entre outros

⁸ A Conquista da Titulação em Campinho da Independência. Disponível em: <http://www.cpis.org.br/comunidades/html/brasil/rj/rj_conquista.html>. Acessado em: 15.01.16.



chegados à região a partir dos anos de 1960, em razão das promessas de colonização agrária do governo de Roberto da Silveira:

Em Campinho conta-se que eles chegaram querendo terras no bairro, mas os daqui não deixaram. Foram para Trindade, área praiana, limite com Independência, mas o povo de lá, também não deixou. Restou aos de fora ir ficando na vila próxima, Patrimônio e ao seu redor, Independência (GUSMÃO, 1995, p. 35, grifos nossos).

As terras de Campinho eram aquelas protegidas pelos parentes, terras opostas aquelas da Independência, ou seja, “são terras que não se vende” (Gusmão, 1995, p. 111). O parentesco é um elemento organizador dos padrões de ocupação das áreas de moradia e junto ao casamento são fundamentais para organização e resistência do grupo. O casamento é o reforço da própria descendência, que assim, diferencia cônjuges parentes e não parentes (Gusmão, 1995, p. 99).

Sob a ameaça de ocupação por pessoas provenientes das ações governamentais, a terra antes usufruída em sistema de uso comum, passou a ter uma divisão:

Agora tem (essa divisão em núcleos)! [...] Depois de uns tempos para cá foi que começou esse negócio. Aí começou a entrar gente de fora, como muitos vem do Espírito Santo... (José, 71 anos, morador de Campinho. Entrevista concedida a Annagesse Feitosa em 11/10/2015).

José lembra que após a chegada das pessoas de fora na região, a partir dos incentivos governamentais “cada um ficou com uma medição para poder se segurar [na terra]”. As áreas do bairro foram divididas em núcleos familiares e cada família ficou responsável por proteger aquela extensão do terreno:

O Dr. Derly avisou o pessoal do Buriti que tinha muita terra, para o pessoal vir. Aí o pessoal começou a invadir. Até que eles chegavam aqui em casa conversando, mas a gente empurrava lá pra longe, porque senão... Aí tinha o Benedito Elias lá em cima arrumava lá pra eles... (Cristina, 85 anos, moradora de Campinho. Entrevista concedida a Annagesse Feitosa em 12/10/2015).

Nesse intervalo de quatro anos, ele [Derly] anunciou para Minas, Espírito Santo, que tinha muita terra devoluta aqui em Paraty. E terra boa, fértil. Aí invadiu de gente aqui. Aí quando eles viram isso vieram todo mundo, muita gente para cá. Aí foi quando abriu aí o Patrimônio, Forquilha, lá em cima, Corte 70, lá na divisa que vai pra Ubatuba... Aí encheu de gente



aqui na... Córrego dos Micos... Muita gente entrou aí. Aí a gente, nós que ficamos cá pra baixo, aí foi quando começou a dividir os pedaços. Porque senão eles invadiam tudo e a gente ia ficar como ficamos, praticamente ficamos quase encurralados por eles aí. Que eles vieram abrindo, abrindo, não tinha mais lugar pra eles ficarem lá pra cima aí... (José, 71 anos, morador de Campinho. Entrevista concedida a Annagesse Feitosa em 11/10/2015, grifo nosso).

Ao utilizar os termos invadir e encurralar para se referir à ação daqueles que chegaram à região requerendo as terras, os interlocutores reforçam o direito à posse daqueles que já estavam estabelecidos, e fornece pistas, inclusive, que este foi um contexto de ameaça, fazendo com que agissem frente a essa situação, empurravam os recém-chegados para longe para se defender. É exatamente nesse momento de ameaça, no qual os moradores de Campinho se negam a ceder parte de seu território aos recém-chegados, que vemos materializada a resistência mais cotidiana. Além de resistir aos de fora “empurrando-os para longe” e através da divisão das terras em núcleos, repelem qualquer ameaça externa negando o parentesco com os descendentes dos de fora, mesmo que haja qualquer ligação, pois não se deve “citar como parente para não requerer a terra” (Gusmão, 1995, p. 64).

A passagem da rodovia Rio-Santos facilitou o acesso aquela região e trouxe consigo a figura dos pretensos proprietários como Raul. Para Ângelo⁹ antes da rodovia dificilmente apareciam pessoas reclamando as terras da fazenda. Havia apenas um homem chamado Zolino que se dizia proprietário da Independência, mas não incomodava os habitantes, pois vinha ao local apenas uma vez por ano para caçar, então, não oferecia risco sobre a manutenção da posse da terra. Ao contrário de Zolino, Raul dizia aos moradores de campinho que as terra eram de seu pai e tentava proibir a manutenção das lavouras e a construção das casas. José destaca que Raul espalhava placas pela localidade com advertências aos moradores sobre a propriedade.

Para resistir às investidas de Raul os moradores também advertiam o pretenso proprietário. Os moradores iam para os caminhos do bairro, por vezes crianças, munidos com pedaços de madeira para amedrontá-lo. Quando não eram vistos, os habitantes também tombavam as placas fixadas por Raul, onde o mesmo informava: 'É terra com dono'. Mas além de tombarem essas placas, os moradores dispunham outras no local com frases em resposta informando-o: 'Essa terra era nossa', 'Não entra'.

⁹ Ângelo, 41 anos. Morador de Campinho.



Dona Luiza, lamenta apenas que nessa ocasião ainda não existia o conhecimento por parte dos moradores que aquela é uma terra de quilombo, pois poderiam ter usado essa informação nas placas e até mesmo para argumentar, assim não seria necessário acionar a divisão das terras em núcleos familiares:

Ninguém sabia nada de quilombo, pra falar assim: 'Essa terra aqui é de quilombo, essa terra é nossa. Essa terra aqui é da comunidade. Essa terra é nossa' (Luiza, 60 anos, moradora de Campinho. Entrevista concedida a Annagesse Feitosa em 11/10/2015).

Durante as investidas de Raul os moradores passaram das formas cotidianas de resistência para um embate mais explícito. Em primeira instância recorreram ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paraty que indicou seu advogado para assumir o caso, mas este propôs uma ação de usucapião onde as famílias pagariam pelos serviços prestados um valor muito alto, então os moradores desistiram. No entanto, logo se organizaram em torno de uma Comunidade Eclesial de Base (CEB) em 1975, e em seu interior estruturou-se a Comissão Pastoral da Terra (CPT) local, cuja assessoria jurídica passou a orientar o grupo na justiça em busca de seus direitos através do advogado Thomaz Miguel Pressburguer (CPT, 20/05/1977).

Pressburguer iniciou o trabalho com dezesseis famílias a um preço mais baixo que o primeiro advogado, a ser pago em mensalidades. As famílias se esforçavam para cada um reunir por mês um montante para cobrir a mensalidade e as despesas da causa. No decorrer das audiências o pretenso proprietário foi intimado, mas negou-se a comparecer. Com isso, duas das dezesseis famílias de lavradores logo tiveram sua posse legitimada. Havia pouca dúvida sobre um julgamento positivo a respeito do título definitivo de propriedade em favor de todos. A partir deste momento o caso de Campinho começou a servir de exemplo de esperança para muitos outros lavradores do município e da região que estavam envolvidos em conflitos fundiários (CPT, 20/05/1977).

Com a aprovação do artigo 68 das disposições transitórias da CF/1988, Neusa Gusmão¹⁰ alertou os moradores sobre a necessidade de organizar uma Associação de Moradores no Campinho, segundo os moldes necessários, para receber o título da terra em nome da comunidade (Lima, 2008). Eles se

¹⁰ A antropóloga Neusa Maria Mendes Gusmão realizou sua pesquisa de mestrado e doutorado em Campinho da Independência e teve papel significativo junto aos trabalhadores na luta, pois seu trabalho se tornou um marco na articulação política da comunidade em torno da posse pela terra.



organizaram e fundaram a Associação dos Moradores do Campinho da Independência (AMOC) em 1994.

Através de Benedita da Silva, vice-governadora na gestão Anthony Garotinho, em seu primeiro ato público, deu-se oficialmente o reconhecimento e posse da terra aos moradores de Campinho (Lima, 2008). Em março de 1999, o Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ) e a Fundação Cultural Palmares entregaram o título definitivo à Comunidade Remanescente de Quilombo do Campinho da Independência. Campinho foi a primeira comunidade quilombola do Estado do Rio de Janeiro a ter suas terras tituladas, com base no artigo 68 da Constituição Federal¹¹.

V. Conclusiones

Em Campinho da Independência os atores sociais reagiram não apenas visando a posse da terra, mas sim em virtude do que isso realmente significa, ou seja, perder o direito de escolher seu lugar significou uma ameaça, a submissão, a perda de sua autonomia.

No caso de Campinho os indícios da violência se tornaram públicos à medida que o grupo começou a reagir de forma mais explícita nos anos de 1970 e chamaram atenção para suas causas. Porém, a resistência mais cotidiana, silenciosa, foi o que garantiu a permanência dos moradores na terra ao longo dos anos anteriores a titulação. Nesse sentido, compreendemos ser necessário voltar nossa atenção às ações menos explícitas dos grupos em situações de subordinação, pois como assegura Scott (2002), não é apenas através de revoltas ou da pressão política legal que o campesinato tem marcado presença política, mas também através dessa resistência mais silenciosa, cotidiana.

Simultaneamente, à medida que resistem, os atores sociais explicitam, embora genericamente, o que aferem como ameaça. A resistência é fruto de experiências variadas, ela pressupõe uma luta, e esta, velada ao não, objetiva a aquisição ou reconquista de direitos, costumes, acesso aos recursos, garantir a qualidade e um modo de vida.

¹¹Informação da Comissão Pro-Índio de São Paulo.



VI. Bibliografía

Almeida, Marisa Costa. (1997). *Concepções de Natureza e Conflitos Pelo Uso do Solo em Parati/RJ*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Arruti, José Maurício Paiva Andion. (2008). *Relatório histórico-antropológico de reconhecimento territorial da comunidade quilombola de Cabral – município de Parati – RJ*. INCRA – Rio de Janeiro.

Candido, Antonio. (1964). As formas de solidariedade. In: *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. Rio de Janeiro: José Olympio.

Comerford, Jonh Cunha. (1999). *Fazendo a luta: Sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política.

Grynszpan, Mário. (1990). Ação Política e Atores Sociais: posseiros, grileiros e a luta pela terra na Baixada Fluminense. *Revista Dados*. V. 3, Nº 2.

Gusmão, Neusa Maria Mendes de. (1995). *Terra de Pretos Terra de Mulheres – terra, mulher e raça num bairro rural negro*. MINC/Fundação Cultural Palmares.

Honneth, Axel. (2003). *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. Trad. Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34.

Lima, Livia Ribeiro. (2008). *Quilombos e Políticas de Reconhecimento: o caso do campinho da independência*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo – USP, São Paulo.



Linhares, Joyce Silva dos Santos Drumond. (2014). *Os Projetos de Etnodesenvolvimento no Quilombo Campinho da Independência- Paraty/RJ*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – CPDA, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Medeiros, L. S.; Leite, S.; Benedetti, A. C.; Souza, I. C.; Alentejano, P. R. R. (2009). Luta por terra e assentamentos rurais no estado do Rio de Janeiro. In: Medeiros, L. S.; Leite, S. A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas. 2. ed. Porto Alegre: Editora UFRGS.

Queiroz, Maria Isaura Pereira de. (1963). Uma categoria rural esquecida. *Revista Brasiliense* (S. Paulo), n.45, p.83 - 97. Republicado em Cliff ord Andrew Welch et al. (orgs). (2009). *Camponeses brasileiros* vol. 1. Leituras e interpretações clássicas. S. Paulo: Editora da Unesp; Brasília, DF: Nead. Coleção História Social do Campesinato brasileiro.

Scott, James. C. (2013). *A Dominação e a Arte da Resistência: discursos ocultos*. Lisboa: Letra Livre.

Scott, James. C. (2011). Exploração normal, resistência normal. In: *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 5, Brasília. pp. 217-243.

Scott, James. C. (2002). Formas cotidianas da resistência camponesa, (tradução Marilda Menezes e Lemuel Guerra). *Raízes*, vol. 21, no. 01.

Documentos

CPT. *Ficha de Conflito no Quilombo Campinho da Independência de 17 de julho de 1988*. (1988). Arquivo do CEDOC Dom Tomás Balduino.



Jornal do Brasil. (1972). *Dono de Terra Quer Tirar Dúvidas*. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro: 22/08/1972. Hemeroteca Digital Brasileira.

Sítio Eletrônico

Comissão Pró-Índio de São Paulo. (2016). *Comunidades Quilombolas do Estado do Rio de Janeiro: a conquista da titulação em Campinho da Independência*. Disponível em: <http://www.cpis.org.br/comunidades/html/brasil/rj/rj_conquista.html>. Acessado em: 15/01/2016.

Instituto Histórico e Artístico de Paraty (IHAP). (2016). *Exposição Atos e Retratos*. Disponível em: <<http://www.ihap.org.br/?page=atoseretratos&content=atoseretratos>>. Acessado em: 15/01/2016.

CPT. Carta. (1977). *Carta de Pedro Geurts remetida a Ivo Poletto de 20 de maio de 1977*. Arquivo do CEDOC Dom Tomás Balduino.